

Jacqueline de Souza Alves da Silva

De: Presidência
Enviado em: quarta-feira, 18 de janeiro de 2023 15:04
Para: Jacqueline de Souza Alves da Silva
Assunto: ENC: O CAT da FECOMERCIO SP encaminha considerações acerca da MP nº 1.160, de 12 de janeiro de 2023.
Anexos: 20230056_4.pdf
Prioridade: Alta

De: Secretaria Geral [mailto:secretaria@fecomercio.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 18 de janeiro de 2023 14:11
Para: Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodripacheco@senado.leg.br>; Presidência <presidente@senado.leg.br>
Assunto: O CAT da FECOMERCIO SP encaminha considerações acerca da MP nº 1.160, de 12 de janeiro de 2023.
Prioridade: Alta



Doc. nº 20230056.4

São Paulo, 18 de janeiro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
RODRIGO PACHECO
 Presidente
 SENADO FEDERAL

Excelentíssimo Senhor,

O Conselho de Assuntos Tributários – CAT da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMERCIO SP dirige-se a Vossa Excelência para tratar da Medida Provisória – MP nº 1.160, de 12 de janeiro de 2023, que altera a legislação que dispõe sobre o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Anteriormente à **mudança de critério de desempate nos julgamentos administrativos do CARF** promovida pela citada MP, a legislação estabelecia que em caso de empate no julgamento do processo administrativo federal não seria aplicado o voto de qualidade previsto no artigo 25, §

9º, do Decreto nº 70.235/1972, resolvendo-se favoravelmente ao contribuinte, nos termos do artigo 19-E da Lei nº 10.522/2002, incluído pela Lei nº 13.988/2020.

A inclusão supracitada realizada em 2020 é objeto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADIs nº 6399, nº 6403 e nº 6415 no Supremo Tribunal Federal – STF, que questionam o fim do voto de qualidade, com desempate favorável ao Fisco, e, apesar de o julgamento ainda não ter sido concluído, já se formou maioria^[1] para declarar constitucional o artigo 19-E da Lei nº 10.522/2002.

O Relator das mencionadas ADIs, Excelentíssimo Senhor Ministro Marco Aurélio, ressaltou em seu voto que “(...) com o artigo 19-E, não se criou – nem faria sentido falar de – voto de qualidade em benefício do contribuinte, sujeito passivo da obrigação tributária, parte mais fraca da relação, que oferece resistência contra o Estado todo-poderoso. Inexiste estipulação de duplo voto ou peso maior da manifestação de certo integrante, em caso de empate. A leitura do preceito direciona a concluir que, uma vez não formada maioria no colegiado, não se tem confirmado o lançamento do tributo.”.

Em complemento, o Excelentíssimo Senhor Ministro Roberto Barroso destacou em seu voto que “reconhecer a constitucionalidade da norma questionada não causa necessariamente perda de arrecadação, pois, se o lançamento tributário foi impugnado, o Fisco possui somente uma expectativa de obtenção de receitas, e não um direito a crédito tributário determinado. Este só estará definitivamente constituído com a notificação do sujeito passivo para tomar ciência da decisão final desfavorável a ele no âmbito do processo administrativo fiscal”.

De acordo com o Diagnóstico do Contencioso Tributário Administrativo de 2022, decorrente de parceria da Receita Federal do Brasil com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID^[2], cerca de 90% das decisões do CARF são proferidas por unanimidade ou por maioria de votos, e apenas em uma pequena parcela (6,5%) ocorrem decisões por voto de qualidade, que, em volume financeiro, corresponde, em média, a 17,5% dos processos. O estudo aponta que “ainda que não esteja disponível o volume financeiro julgado pelo CARF que foi decidido pelo critério de desempate favorável ao contribuinte (Lei n. 13.988/2020), o percentual comparativo de julgamentos pelas referidas modalidades - voto de qualidade vs critério de desempate favorável ao contribuinte - “capturado” nos dados abertos do CARF até agosto de 2021 é bem próximo”, o que não justifica a modificação promovida pelo Poder Executivo.

Ademais, é notória a qualidade técnica dos votos proferidos no CARF (não é raro se deparar com as citações deles nas decisões judiciais) e dos debates ocorridos no Órgão, que reúne julgadores de elevado conhecimento tributário.

Pelo exposto, este Conselho conclui que a retomada do voto de qualidade aumentará o número de demandas judiciais, justamente o que se pretende impedir com o Processo Administrativo Tributário – PAT.

Além disso, o CAT da FECOMERCIO SP entende que o **aumento da alçada para acesso ao CARF**, que era de 60 salários mínimos e foi majorado para 1.000 salários mínimos (R\$ 1,3 milhões), fere o princípio da isonomia tributária, também conhecido como “igualdade tributária”, fundamentado na Constituição Federal – CF (incisos XXXIV, XXXVI e LV do artigo 5º), cujo teor estabelece que todos os contribuintes que se encontrem na mesma situação jurídica devem receber o mesmo tratamento tributário. E são justamente dos contribuintes menores, que não têm condições de contratar advogados, as causas de menor valor, que deveriam ter acesso ao julgamento pelo órgão paritário.

Como é sabido, o devido processo legal e as suas garantias constitucionais aplicam-se ao processo administrativo, e não somente ao processo judicial. Caso tais garantias sejam afrontadas, o direito de petição e o direito de recorrer serão também acometidos. A alteração em análise comprometerá seriamente o direito de recorrer, ofendendo as garantias da igualdade, da ampla defesa e do contraditório no processo administrativo tributário.

Com a majoração da restrição, os contribuintes que almejem um julgamento com mais imparcialidade terão de recorrer ao Judiciário, arcando com todas as despesas e com todos os riscos decorrentes da ação. Tal fato acarretará uma grave insegurança jurídica no País, repercutindo negativamente, afastando ainda mais o investidor, reduzindo as atividades econômicas e os empregos e criando uma desordem no ambiente de negócios. Sobre esse ponto, cabe ressaltar que o direito e a economia têm um papel importante no crescimento do Brasil.

Vale lembrar ainda que em setembro de 2022 a Comissão de Juristas criada pelo Senado Federal e pelo STF concluiu o trabalho de modernização do processo administrativo e tributário nacional com a apresentação de dez Projetos de Lei – PLs, que já tramitam no Senado e que pretendem, por meio de processo legislativo e democrático, promover melhorias no contencioso administrativo de forma não unilateral, o que se configura como dissonante da MP em epígrafe.

Por todo o exposto, o CAT da FECOMERCIO SP solicita a colaboração de Vossa Excelência para que as ponderações apresentadas sejam consideradas, de modo a garantir a preservação da segurança jurídica ao contribuinte.

Agradecendo pela atenção dispensada, este Órgão manifesta votos de elevada estima.

Respeitosamente,

MÁRCIO OLÍVIO FERNANDES DA COSTA

Presidente do CAT da FECOMERCIO SP

Vice-Presidente da FECOMERCIO SP

Solic_Urg/smanata/e_170123/jrg

-- A cópia digital do ofício assinado está no anexo deste e-mail. --

Secretaria Geral |

+ 55 11 3254-1700

secretaria@fecomercio.com.br

www.fecomercio.com.br



CLIQUE E CONHEÇA AS VANTAGENS
QUE PODEM ACELERAR SUA EMPRESA



Dr. Plínio Barreto, 285 | 5º andar | Bela Vista |
CEP 01313-020 | São Paulo/SP | Brasil | +55 11

[1] Conforme votos dos Excelentíssimos Senhores Ministros Marco Aurélio (aposentado), Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Ricardo Lewandowski e da Excelentíssima Senhora Ministra Cármen Lúcia.

[2] Disponível em: https://abj.org.br/pdf/abj_bid_2022.pdf, páginas 45/46 e 53/55.



FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO
DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO
DO ESTADO DE SÃO PAULO



Doc. nº 20230056.4

São Paulo, 18 de janeiro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
RODRIGO PACHECO
Presidente
SENADO FEDERAL

Excelentíssimo Senhor,

O Conselho de Assuntos Tributários – CAT da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMERCIO SP dirige-se a Vossa Excelência para tratar da Medida Provisória – MP nº 1.160, de 12 de janeiro de 2023, que altera a legislação que dispõe sobre o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Anteriormente à **mudança de critério de desempate nos julgamentos administrativos do CARF** promovida pela citada MP, a legislação estabelecia que em caso de empate no julgamento do processo administrativo federal não seria aplicado o voto de qualidade previsto no artigo 25, § 9º, do Decreto nº 70.235/1972, resolvendo-se favoravelmente ao contribuinte, nos termos do artigo 19-E da Lei nº 10.522/2002, incluído pela Lei nº 13.988/2020.

A inclusão supracitada realizada em 2020 é objeto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADIs nº 6399, nº 6403 e nº 6415 no Supremo Tribunal Federal – STF, que questionam o fim do voto de qualidade, com desempate favorável ao Fisco, e, apesar de o julgamento ainda não ter sido concluído, já se formou maioria¹ para declarar constitucional o artigo 19-E da Lei nº 10.522/2002.

¹ Conforme votos dos Excelentíssimos Senhores Ministros Marco Aurélio (aposentado), Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Ricardo Lewandowski e da Excelentíssima Senhora Ministra Cármen Lúcia.

&
...



FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO
DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO
DO ESTADO DE SÃO PAULO



O Relator das mencionadas ADIs, Excelentíssimo Senhor Ministro Marco Aurélio, ressaltou em seu voto que “(...) com o artigo 19-E, não se criou – nem faria sentido falar de – voto de qualidade em benefício do contribuinte, sujeito passivo da obrigação tributária, parte mais fraca da relação, que oferece resistência contra o Estado todo-poderoso. Inexiste estipulação de duplo voto ou peso maior da manifestação de certo integrante, em caso de empate. A leitura do preceito direciona a concluir que, uma vez não formada maioria no colegiado, não se tem confirmado o lançamento do tributo.”.

Em complemento, o Excelentíssimo Senhor Ministro Roberto Barroso destacou em seu voto que “reconhecer a constitucionalidade da norma questionada não causa necessariamente perda de arrecadação, pois, se o lançamento tributário foi impugnado, o Fisco possui somente uma expectativa de obtenção de receitas, e não um direito a crédito tributário determinado. Este só estará definitivamente constituído com a notificação do sujeito passivo para tomar ciência da decisão final desfavorável a ele no âmbito do processo administrativo fiscal”.

De acordo com o Diagnóstico do Contencioso Tributário Administrativo de 2022, decorrente de parceria da Receita Federal do Brasil com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID², cerca de 90% das decisões do CARF são proferidas por unanimidade ou por maioria de votos, e apenas em uma pequena parcela (6,5%) ocorrem decisões por voto de qualidade, que, em volume financeiro, corresponde, em média, a 17,5% dos processos. O estudo aponta que “ainda que não esteja disponível o volume financeiro julgado pelo CARF que foi decidido pelo critério de desempate favorável ao contribuinte (Lei n. 13.988/2020), o percentual comparativo de julgamentos pelas referidas modalidades - voto de qualidade vs critério de desempate favorável ao contribuinte - “capturado” nos dados abertos do CARF até agosto de 2021 é bem próximo”, o que não justifica a modificação promovida pelo Poder Executivo.

Ademais, é notória a qualidade técnica dos votos proferidos no CARF (não é raro se deparar com as citações deles nas decisões judiciais) e dos debates ocorridos no Órgão, que reúne julgadores de elevado conhecimento tributário.

² Disponível em: https://abj.org.br/pdf/abj_bid_2022.pdf, páginas 45/46 e 53/55.





FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO
DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO
DO ESTADO DE SÃO PAULO



Pelo exposto, este Conselho conclui que a retomada do voto de qualidade aumentará o número de demandas judiciais, justamente o que se pretende impedir com o Processo Administrativo Tributário – PAT.

Além disso, o CAT da FECOMERCIO SP entende que o **aumento da alçada para acesso ao CARF**, que era de 60 salários mínimos e foi majorado para 1.000 salários mínimos (R\$ 1,3 milhões), fere o princípio da isonomia tributária, também conhecido como “igualdade tributária”, fundamentado na Constituição Federal – CF (incisos XXXIV, XXXVI e LV do artigo 5º), cujo teor estabelece que todos os contribuintes que se encontrem na mesma situação jurídica devem receber o mesmo tratamento tributário. E são justamente dos contribuintes menores, que não têm condições de contratar advogados, as causas de menor valor, que deveriam ter acesso ao julgamento pelo órgão paritário.

Como é sabido, o devido processo legal e as suas garantias constitucionais aplicam-se ao processo administrativo, e não somente ao processo judicial. Caso tais garantias sejam afrontadas, o direito de petição e o direito de recorrer serão também acometidos. A alteração em análise comprometerá seriamente o direito de recorrer, ofendendo as garantias da igualdade, da ampla defesa e do contraditório no processo administrativo tributário.

Com a majoração da restrição, os contribuintes que almejem um julgamento com mais imparcialidade terão de recorrer ao Judiciário, arcando com todas as despesas e com todos os riscos decorrentes da ação. Tal fato acarretará uma grave insegurança jurídica no País, repercutindo negativamente, afastando ainda mais o investidor, reduzindo as atividades econômicas e os empregos e criando uma desordem no ambiente de negócios. Sobre esse ponto, cabe ressaltar que o direito e a economia têm um papel importante no crescimento do Brasil.

Vale lembrar ainda que em setembro de 2022 a Comissão de Juristas criada pelo Senado Federal e pelo STF concluiu o trabalho de modernização do processo administrativo e tributário nacional com a apresentação de dez Projetos de Lei – PLs, que já tramitam no Senado e que pretendem,

&
...



FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO
DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO
DO ESTADO DE SÃO PAULO



por meio de processo legislativo e democrático, promover melhorias no contencioso administrativo de forma não unilateral, o que se configura como dissonante da MP em epígrafe.

Por todo o exposto, o CAT da FECOMERCIO SP solicita a colaboração de Vossa Excelência para que as ponderações apresentadas sejam consideradas, de modo a garantir a preservação da segurança jurídica ao contribuinte.

Agradecendo pela atenção dispensada, este Órgão manifesta votos de elevada estima.

Respeitosamente,

DocuSigned by:

Márcio Olívio Fernandes da Costa

96F54DA8BAD8414...

MÁRCIO OLÍVIO FERNANDES DA COSTA

Presidente do CAT da FECOMERCIO SP

Vice-Presidente da FECOMERCIO SP

Solic_Urg/smanata/e_170123/jrg

&
...